

O FMI confere se merecemos o empréstimo

Para a liberação dos recursos no último dia 30 não foram julgados os indicadores de setembro. A missão do Fundo veio conferi-los.

Um trabalho de rotina. Essa foi a versão apresentada ontem tanto pelo ministro da Fazenda, Ernane Galvães, como pelo presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, para a presença no País de dois economistas do FMI, Ana Maria Jul e Henri Ghesquière, que chegaram a Brasília domingo passado. Segundo aquelas autoridades, os técnicos estão fazendo "um levantamento puro e simples de dados para o julgamento do critério-performance de setembro, um trabalho já previsto para dezembro".

Pastore, no entanto, acabou revelando que as três parcelas do financiamento ampliado, no total de US\$ 1,17 bilhão, foram liberadas no último dia 30 sem o julgamento efetivo dos indicadores da economia brasileira referentes ao trimestre encerrado em setembro último.

A decisão do FMI de liberar até a parcela trimestral de novembro sem avaliar os dados de setembro mostra a intenção do diretor-gerente do Fundo, Jacques de Larosière, de ajudar o Brasil a pagar os seus compromissos externos e, em consequência, tranquilizar os bancos internacionais — talvez, com certa pressão do Tesouro norte-americano e de outros governos — além de evitar novo constrangimento ao Banco de Compensações Internacionais (BIS). Se o FMI não liberasse os US\$ 1,17 bilhão no último dia 30, o BIS ficaria na incômoda posição de adiar novamente o vencimento dos empréstimos-ponte concedidos ao Brasil. A liberação da próxima parcela do financiamento ampliado — US\$ 400 milhões — depende agora, disse Pastore, das conclusões da missão do Fundo que visitará o País em fevereiro.



Renegociação

A possibilidade de uma renegociação ampla da dívida externa brasileira, no próximo ano, foi tema ontem de uma reunião entre o ministro da Fazenda, Ernane Galvães, e dois funcionários do terceiro escalaço do executivo norte-americano, Thomaz Glaessner (do Federal Reserve, o banco central dos EUA) e Bruce Juba (do Departamento do Tesouro).

Também participou da reunião, no Ministério da Fazenda, o diretor da Área Externa do Banco Central, José Carlos Madeira Serrano. Mas oficialmente o encontro foi apenas uma "visita de cortesia", conforme a versão dada pelo chefe da Assessoria Internacional do Ministério da Fazenda, diplomata Tarcício Marciano da Rocha.

Ele disse que fez um relato da tendência da economia brasileira, de redução progressiva dos subsídios às exportações, mas assegurou que não se tratou da questão da dívida externa brasileira, a maior do mundo. Mas fonte da área financeira destacou que a visita dos dois funcionários norte-americanos tem o sentido de avaliar com profundida-

dade a crise econômica brasileira e esboçar alternativas para a renegociação mais ampla possível da dívida externa.

Thomaz Glaessner e Bruce Juba, que estão sendo ciceroneados pelo adido financeiro da embaixada norte-americana, John Abbott, devem permanecer em Brasília até amanhã, encontrando-se com diversas autoridades econômicas. Viajam ainda a São Paulo e Rio de Janeiro, retornando depois para Washington.

Pesquisa

Os técnicos do FMI Ana Maria Jul e Henry Ghesquière passaram todo o dia de ontem em contato com técnicos da Seplan, levantando informações sobre o desempenho dos diversos setores da economia, e tomando conhecimento dos mais recentes dados disponíveis no Ministério do Planejamento.

Segundo o diretor do Ipea, Augusto Savasini, com quem Jul e Ghesquière se reuniram durante mais de duas horas, a missão dos técnicos do Fundo é simplesmente a de colher informações sobre a evolução da economia, à luz dos compromissos assumidos pelo País junto ao Fundo, inscritos nas cartas de intenção.

Para Savasini, a missão de auditagem, destinada a uma verificação formal do cumprimento das metas negociadas, somente virá em fevereiro, para uma avaliação completa do que ocorreu no exercício de 1984. Além do Ipea, os técnicos do Fundo estiveram também reunidos na Seap e na Secretaria de Controle das Estatais, que no momento ultima o orçamento das empresas estatais para 1984.

DÓLAR UM POCO MAIS BARATO

Pastore diz que o Brasil pagará menos spread pelos empréstimos, no ano que vem.

A fase 3 da renegociação da dívida externa brasileira envolverá uma redução mais substancial nos spreads — taxa de risco acima dos juros básicos — pagos pelo País, a exemplo do que já ocorre com o México. Essa afirmação foi feita ontem pelo presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, em palestra a funcionários comissionados do órgão. Ao mesmo tempo, circulou o informativo mensal do BC, onde se afirma que a correção cambial de 1984 terá "como referência a variação do IGP-DI, sem acidentalidade".

Durante sua palestra, Pastore afirmou que o Brasil deverá também alcançar a redução dos spreads quando passar a negociar novos empréstimos para ajustar as contas externas de 1985 para diante.

Segundo o presidente do Banco Central, o Brasil não deve mudar o tom da renegociação da dívida. Em sua opinião, nem o México recorreu à moratória clássica, ao suspender por 90 dias os pagamentos aos credores. Lembrou que, após a centralização cambial em agosto, o Brasil registrou atrasos superiores a 90 dias em seus compromissos externos, o que até significou uma moratória não-declarada sem os prejuízos da moratória unilateral.

O informativo lançou mais dúvida sobre a política cambial a vigorar nos próximos meses: "A carta suplementar do governo brasileiro ao FMI reafirma a manutenção para 1984 das linhas básicas da política cambial de desvalorizações do cruzeiro (em relação ao dólar norte-americano) tendo como referência a variação do IGP-DI, sem acidentalidade".

Mas a quarta Carta de Intenções ao FMI não utiliza a inflação sem acidentalidade como parâmetro da política cambial: "Consequentemente, a mudança percentual no valor do cruzeiro em relação ao dólar norte-americano em 15 de abril de 1984 sobre seu valor no dia 28 de fevereiro de 1983 não será inferior à mudança percentual do índice geral de preços da oferta interna ajustado aos fatores acidentais durante o período de 13 meses que se encerra no dia 31 de março de 1984. Durante os períodos subsequentes de três meses, a política de taxas cambiais estará sujeita a este mesmo princípio".

Na decomposição da dívida externa não registrada, o informativo do Banco Central detalhou a posição em junho último: linhas de crédito de importação de petróleo,

US\$ 3,63 bilhões; débitos dos bancos comerciais brasileiros, US\$ 4,04 bilhões; empréstimos-pontes de bancos privados e do Banco de Compensações Internacionais (BIS) no total de US\$ 2,2 bilhões; débitos diversos, US\$ 300 milhões; e outras linhas de crédito, US\$ 428 milhões.

De acordo com as estatísticas do Banco Central, o Brasil reduziu em US\$ 2,46 bilhões a sua dívida de curto prazo. Com a contratação do jumbo de US\$ 4,4 bilhões em fevereiro, o País amortizou a parcela de US\$ 1,19 bilhão de empréstimos-pontes concedidos pelos bancos privados, do total de US\$ 2,34 bilhões, e ainda liquidou compromissos de curto prazo de US\$ 876 milhões junto ao Tesouro norte-americano.

Ao longo do primeiro semestre, os bancos brasileiros sofreram saques de US\$ 267 milhões em suas linhas interbancárias; o crédito às importações de petróleo teve redução líquida de US\$ 426 milhões; as outras linhas de crédito diminuíram US\$ 199 milhões e houve ainda redução de US\$ 60 milhões em débitos diversos. Na dívida de curto prazo, só aumentou em US\$ 550 milhões o compromisso com o BIS.